



## **MEMÓRIA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA** **REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA – 2023**

Aos quatorze dias do mês de abril de 2023, das 10 às 12h10min, realizou-se por videoconferência a 55ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública. Estavam presentes os representantes das seguintes Instituições: Advocacia-Geral da União – AGU; Controladoria-Geral da União – CGU; Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR; Ministério Público do Trabalho – MPT; Observatório Social do Brasil – OSB; Polícia Civil do Estado do Paraná – PC/PR; Receita Federal do Brasil – RFB; Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA/PR; Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR; Tribunal de Contas da União – TCU; Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR; e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. A sessão foi presidida pela chefe de Gabinete da CGE/PR, **Marilis Bortot Pirotelli Molinari**, e secretariada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

**Marilis (CGE/PR)** representando o Coordenador Executivo, Raul Siqueira, abriu a reunião e, inicialmente, cumprimentou e agradeceu a participação de todos os presentes, abrindo a palavra para a apresentação dos novos membros, indicados pelos órgãos signatários da Rede.

Em seguida, dando as boas-vindas aos novos representantes, passou a palavra para **Hillene (TRE/PR)**, que cumprimentando a todos, informou que será disponibilizado pelo chat, um link de acesso a um formulário, para preenchimento do nome completo e do órgão em que atua, para o registro de presença.

**Marilis (CGE/PR)** agradeceu e deu início à pauta – *Aprovação da Ata da 54ª Reunião Ordinária*, encaminhada com o ofício de convocação. Houve anuência, por unanimidade, pelos membros do Colegiado. Passou para o próximo assunto da pauta – *Grupo de Trabalho para definição de missão, visão e valores da Rede* – salientou a importância de se instituir, de forma colaborativa, um grupo de trabalho para definição da missão, visão e valores da Rede. Abriu a palavra para manifestação dos interessados, ao que se dispuseram **Valdenice (MPT)**, **Roni Enara (OBS)** e **Marilis**

**(CGE-PR)**. Aberta a votação, nenhum integrante se opôs, ficando eleito o grupo de trabalho.

Na sequência, passando para o próximo assunto da pauta – *Atualização do site e envio de notícias* – **Marilis (CGE/PR)** apresentou o site da Rede de Controle, informando que foi realizada a sua atualização, com a inserção das atribuições, composição e deliberações, tanto do Colegiado, como das Comissões Permanentes. Salientou que, qualquer projeto, curso ou evento poderá ser divulgado no site, bastando encaminhar o material para o e-mail da Rede. Ponderou que, no menu *Colegiado/Composição*, constam os representantes indicados pelos órgãos signatários da Rede (titular e suplente), com os respectivos contatos (aqueles que indicaram os membros). Comentou que, no menu *Deliberações*, constam as atas, os ofícios, as notas técnicas e as orientações. Em relação às *Comissões Permanentes*, há informação sobre atribuição, composição, atas, plano de ação e relatório de atividade. Mencionou que no menu *Fale Conosco*, foi disponibilizado o link que dá acesso às Ouvidorias de cada uma das instituições signatárias da Rede, além do *Acesso Reservado*, proposto pela Comissão de Acesso, Intercâmbio de Informações e Inteligência, para compartilhamento de informações/documentos que exigem maior sigilo/segurança.

**Bruno Galatti (MPPR)** complementou ponderando que um dos objetivos da Rede de Controle é ampliar a comunicação de dados públicos e a cooperação entre os órgãos para permitir o compartilhamento de informações e documentos e que essa ferramenta (*Acesso Reservado*) tem por finalidade criar uma área para facilitar a comunicação das Instituições que possuem uma área de inteligência.

**Roni Enara Rodrigues (OSB)** sugeriu que nos banners do Força Tarefa Cidadã e do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção sejam colocadas as logomarcas de identificação para facilitar o reconhecimento do programa/ação, ao que **Marilis (CGE/PR)** assentiu e agradeceu a colaboração.

**Marilis (CGE/PR)** informou, ainda, que o calendário com o agendamento das datas das próximas reuniões foi disponibilizado na página inicial do site da Rede, reforçando

que as reuniões acontecem bimestralmente, sempre na primeira sexta-feira do mês, às 10 horas da manhã.

Avançando para o próximo tópico da pauta – *Assinatura do Primeiro Termo Aditivo* – **Marilis (CGE/PR)** esclareceu que o termo aditivo para inclusão do TJPR à Rede de Controle de Gestão Pública foi encaminhado por e-mail aos titulares dos órgãos que compõem a Rede para assinatura, que deverá ser realizada de forma digital no Sistema SEI da Controladoria-Geral da União.

**Bruno Galatti (MPPR)** comentou que é divergente à forma de adesão, pois é difícil a coleta das assinaturas, salientando que, o que autoriza o órgão é se dispor a trabalhar, em Rede é o compromisso. Ressaltou que não é o ato que legaliza a participação, sugerindo ser repensada essa forma de adesão.

**Carlos Eduardo (TCU)** se apresentou como novo Secretário de Representação, colocando-se à disposição da Rede.

**Marilis (CGE/PR)** deu as boas-vindas a **Carlos Eduardo (TCU)** e informou que a sugestão de **Bruno Galatti (MPPR)** de rever a forma de adesão, pode ser discutida, mas que o TJPR já está participando, independentemente da assinatura do termo.

**Thiago Martini (TJPR)** informou que o TJPR participa da Rede desde o segundo semestre de 2021, que o termo foi assinado pelo Desembargador José Laurindo, mas que houve problemas técnicos e hoje está sendo assinado pelo Desembargador Keppen. Sugeriu uma melhor forma de viabilizar o ingresso dos órgãos à Rede.

**Mauricio Cardoso (TJPR)** reafirmou a assinatura do termo pelo Desembargador José Laurindo e assentiu com a necessidade de rever a forma de assinatura do termo, colocando-se à disposição para participar de estudo para simplificar a forma de adesão dos órgãos à Rede.

**Marilis (CGE/PR)** considerou a necessidade de se atualizar o Regimento Interno da Rede, em razão da alteração do número de Comissões Permanentes, ocasião em que sugeriu ser instituído um outro grupo de trabalho (uma vez que a missão, a visão e os

valores não integram o Regimento Interno), para alterar o Regimento Interno e analisar a forma de ingresso dos órgãos, ao que os integrantes da reunião anuíram, ficando, dessa forma constituído o grupo de trabalho pelos seguintes integrantes: **Mauricio Cardoso (TJPR), Marilis (CGE/PR) Francisco Horst (RFB), Carlos Eduardo (TCU) e Valdenice (MPT).**

Encerrado o tema, prosseguiu-se para o próximo item da pauta – *Planejamento das Comissões Permanentes para 2023* – **Marilis (CGE/PR)** esclareceu que na reunião pretérita, foram definidos os Coordenadores e Secretários das Comissões, e abriu a palavra para que um representante de cada comissão apresentasse o plano de trabalho.

**Conrado (CGE/PR)**, como Coordenador da Comissão Permanente de Acesso, Intercâmbio de Informações e Inteligência, informou que havia agendado uma reunião para o mês de abril, porém, a participação foi reduzida, razão pela qual encaminhou e-mail para todos os participantes para designação de nova data para debates e definição do tema. Complementou, informando que no ano passado foi bastante produtivo o debate relacionado à aplicação da LGPD e que a proposta é promover reuniões bimestrais e presenciais.

**Valdenice (MPT)** sugeriu o tema fiscalização de contratos firmados pela Administração Pública, com foco para os contratos de terceirização. Alertou sobre a necessidade de sensibilização do Judiciário para essa questão. Sugeriu avaliar a possibilidade de convidar um representante do TRT da 9º Região para participar da Rede.

**Bruno Galatti (MPPR)** ressaltou que alguns temas são estratégicos nessa área de terceirização e de responsabilização. Acrescentou que nos contratos de terceirização, a falha está na fiscalização, na redação dos contratos, alertando que os contratos são feitos de forma equivocada, as cláusulas contratuais não são bem redigidas, o que é fundamental para o sucesso da fiscalização. Esclareceu que o MPPR possui ferramentas para análise dos riscos, que está à disposição da Rede.

**Marilis (CGE/PR)** propôs que a Comissão Permanente de Acesso, Intercâmbio de Informações e Inteligência verifique com os órgãos signatários quais são os sistemas disponíveis de avaliação de riscos para fazer o intercâmbio de informações, ao que **Conrado (CGE/PR)** anuiu como uma das propostas. **Marilis (CGE/PR)** passou a palavra ao representante da Comissão de Capacitação e Proposição Legislativa.

**Francine (MPPR)** informou que a estratégia da Comissão é de realizar encontros mensais, um ciclo de diálogo, com temas comuns, mas que ainda não houve reunião para debate dos temas. Informou que já foi delineada uma proposta preliminar e que será agendada reunião da Comissão para as próximas semanas. Solicitou a indicação de temas e expositores pelos integrantes da Rede de forma a enriquecer o debate.

**Valdenice (MPT)** informou que estão organizando uma capacitação em fiscalização de contratos e que foi realizado um levantamento dos temas mais solicitados, tendo destaque a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Se colocou à disposição para contribuir com a Comissão, o que foi aquiescido por **Francine (MPPR)**.

**Mauricio Cardoso (TJPR)** comentou que foram realizados eventos no ano passado e foi muito importante a parceria com a Rede. Informou que o TJPR promoveu, em dezembro do ano passado, o II Encontro do Judiciário Paranaense contra a Corrupção, que teve por objetivo dialogar sobre as ações que as instituições podem adotar para o combate à corrupção e que a participação da Rede é muito relevante nesse tema.

**Marilis (CGE/PR)** lembrou **Francine (MPPR)** sobre incluir, no plano de ação o debate acerca dos requisitos legais para ocupação do cargo de controlador nos municípios, tema esse sugerido na última reunião da Rede, o que foi acatado por **Francine (MPPR)**. Reforçou, ainda, a necessidade da participação dos membros indicados nos trabalhos das Comissões. Passou a palavra ao representante da Comissão de Prevenção e Controle Social.

**Matheus Klaus (CGE/PR)** informou que foi realizada uma reunião com os integrantes da Comissão, no dia 11/04/2023, e que foram definidas duas ações: (i) PNPC, que já

vem sendo desenvolvido pela Rede e, (ii) Força Tarefa Cidadã com a divulgação e apoio aos municípios. Informou que o projeto será apresentado na próxima reunião da Rede. Relatou que outro ponto que está sendo debatido na Comissão, refere-se à transparência exigida pela Nova Lei de Licitações – Portal Nacional de Contratações Públicas – para auxiliar e dar apoio aos municípios na parte dos sistemas.

**Marilis (CGE/PR)** submeteu as propostas à aprovação do Colegiado, e não havendo manifestações, informou a sua aprovação e solicitou a **Matheus Klaus (CGE/PR)** a publicação do plano de ação no portal da Rede. Solicitou aos coordenadores das demais Comissões a apresentação dos planos de ação na próxima reunião da Rede, para apreciação.

**Kallynca (CGE/PR)** solicitou aos Coordenadores o envio, por e-mail, das atas de reuniões das Comissões para publicação no Portal da Rede.

**Marilis (CGE/PR)** solicitou aos participantes do encontro, encaminharem, por e-mail, à Rede, os assuntos para inclusão na pauta. Submeteu à deliberação, o convite para indicação de representante do TRT da 9ª Região integrar a Rede, o que foi assentido por todos os integrantes da reunião. Nada mais havendo a tratar, finalizou a reunião, agradecendo a presença e a colaboração de todos, colocando-se à disposição.

| DELIBERAÇÕES |   |   |            |
|--------------|---|---|------------|
| nº           | Ação  | Responsável   | Previsão   |
| 1            | Apresentar o plano de ação  | Comissões Permanentes de Acesso, Intercâmbio de Informações e Inteligência e de Capacitação e Proposição Legislativa. | 02/06/2023 |
| 2            | Encaminhar convite ao TRT da 9ª Região para integrar a Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Paraná | CGE   | 02/06/2023 |